

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MONTES CLAROS: CIVILIZAÇÃO COMO PROCESSO DE DISCIPLINAMENTO DOS INDIVÍDUOS – 1918-1938¹

Geisa Magela Veloso²

Resumo

Situando-se no contexto da História Cultural, o artigo pretende discutir o processo de inculcação de valores e de disciplinamento dos indivíduos, como elemento integrante do empreendimento educativo desenvolvido pelo jornal *Gazeta do Norte* e da Escola Normal de Montes Claros, instâncias que assumem a missão de civilizar os cidadãos como condição para modernizar a cidade. Inicialmente, *Jornal* e *Escola* pregam a disciplina fundada na autoridade dos pais e no valor dos bons exemplos dos pais. Contudo, ao ser atravessada pelo movimento da Escola Nova, a missão educativa desloca o foco para processos educativos menos opressivos e mais operativos, pregando o respeito à individualidade e a educação para a liberdade. A criança

¹ O artigo é resultante de pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação da UFMG, com orientação e co-orientação das professoras Aparecida Paiva e Cinthya Greive Veiga, e contou com financiamento da Fapemig.

² Doutora em Educação pela UFMG. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais da Unimontes.

não deveria ser apenas alfabetizada e instruída, mas educada para exercer uma liberdade disciplinada e produtiva.

Introdução

O artigo é resultante de pesquisa de doutoramento desenvolvida junto à Universidade Federal de Minas Gerais e situa-se no campo de estudos da História Cultural. O seu objetivo é discutir o encontro de interesses entre a Escola Normal Oficial de Montes Claros e o jornal *Gazeta do Norte* – instâncias educativas que assumiram o projeto social de modernização, civilização e progresso da cidade de Montes Claros – MG. Consideramos que essas instituições assumiram um empreendimento educativo direcionado para a formação do cidadão civilizado, para o desenvolvimento e progresso da cidade e sua inserção entre as metrópoles modernas, sendo que a educação da mulher apresentou-se como elemento fundamental para o disciplinamento e a educação das crianças, no lar e na escola.

Como fonte documental, tomamos as publicações do jornal *Gazeta do Norte* que possibilitou compreender a disciplina das crianças e a autoridade exercida pelas mulheres, no espaço do lar e da escola, como questões centrais no processo de educação e civilização. Ao tomar a *Gazeta do Norte* como fonte, consideramos que os jornais podem provocar a interação social, a disseminação de ideias e concepções, o debate público de temas e problemas, a formação de opinião, tornando possível captar a

sensibilidade de uma época. Contudo, o faz na perspectiva de quem escreve ou seleciona as matérias publicadas, o que indica a necessidade de se utilizar outras fontes documentais, com as quais se possam estabelecer confronto e ampliar as possibilidades de compreensão da realidade.

Dessa forma, visando captar a sincronia do movimento histórico local com o contexto mineiro, utilizamos a *Revista do Ensino*. Como órgão oficial do governo mineiro, a Revista constituiu-se como importante recurso de divulgação do movimento da nova escola e do projeto de reforma pretendido para as escolas do Estado de Minas Gerais, e visava quebrar a resistência de professores, levando-os à adesão dos novos métodos de ensino. A *Revista* foi criada pelo Regulamento do Ensino, que em seu artigo 479 indica o seu objetivo educativo. Estava "destinada a orientar, estimular e informar os funcionários do ensino e os particulares interessados em assumptos com este relacionados" (MINAS GERAIS, REVISTA DO ENSINO, p. 01).

O recorte temporal circunscreveu-se entre 1918, ano em que o advogado José Thomaz de Oliveira fundou o jornal *Gazeta do Norte* e o colocou em circulação, e 1938, ano em que o interventor Benedito Valadares, pelo Decreto lei nº 63, de 15 de janeiro de 1938, extinguiu a Escola Normal Oficial de Montes Claros. Contudo, focalizamos os últimos anos da década de 1920 e primeiros da década subsequente, período em que o Jornal e a Escola receberam influências do movimento da Escola Nova e produziram modificações nas concepções educativas que colocaram em circulação.

Dessa forma, focalizamos os processos de estruturação e modernização da cidade de Montes Claros,

empreendimento para o qual foram direcionados os esforços e o trabalho da Escola e do Jornal. Pensar historicamente os processos de estruturação das sociedades e de ordenamento dos comportamentos é uma tarefa importante para a compreensão das relações sociais que nos são contemporâneas e implica pensar o modo como a escolarização interfere nessa construção. Ao assumir papel central na inculcação de novos valores e na conformação dos padrões de comportamento, a escola torna-se uma guardiã da civilidade, a escolarização é vista como força social importante, sendo a alfabetização compreendida como condição para o desenvolvimento individual e coletivo, como um traço da modernidade.

Baudrillard (1989) entende a modernidade modo de vida assentado na mudança e na tradição; implica desestruturação e mudança, mas também ambiguidade, compromisso, ruptura e solução de continuidade. Para o autor, a modernidade não é mudança radical e produz um jogo cultural sutil com a tradição, num processo de amálgama e adaptação. Enquanto fenômeno ligado a uma crise histórica e de estrutura, a modernidade é um sintoma; enquanto ideia em que toda uma civilização se reconhece, assume a função de regulação cultural e associa-se à tradição. Modernidade é processo complexo difícil de ser explicado porque não se encontra assentado somente na realidade das perturbações técnicas, científicas e políticas, mas também no jogo dos signos, dos costumes e da cultura, que traduz as mudanças no nível do *habitus* social. (BAUDRILLARD, 1989)

Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, a modernidade no Brasil não significou apenas a

especialização técnica, a industrialização, a urbanização e a transformação nas condições econômicas e culturais. A modernidade também produziu transformações nos processos educativos, que passaram a visar a “civilização” que, na acepção de Elias (1993), implica o controle dos comportamentos instintivos, de forma a transformar o homem para que assuma uma “segunda natureza”, distancie-se de sua animalidade e torne-se um ser civilizado.

Para o autor, o processo civilizador constitui-se como mudança nas formas de conduta e no comportamento das pessoas, de forma que as atividades humanas mais instintivas vão sendo, paulatinamente, excluídas da vida coletiva, posto que revestidas do sentimento de vergonha e inadequação, sendo instituídas estratégias de auto-regulação e autocontrole (ELIAS, 1993).

Em suas reflexões, Veiga (2002) destaca não ser possível transportar para o Brasil o conceito de civilização, que teve uma construção histórica tão demarcada. No entanto, essa especificidade do conceito não significa que o termo civilização não tenha sido incorporado pela sociedade e mesmo pelo Estado, que o tomaram não para fazer referência a uma nação, mas para a produção de sua auto-imagem.

Na tradição intelectual brasileira do século XIX e início de século XX, a representação de um Brasil não se fez com base no conceito de uma nação civilizada que se auto-reconhece como tal, mas constitui-se pela permanente dúvida em relação às condições de possibilidade de tornarem seus habitantes civilizados. (VEIGA, 2002, p. 101).

Neste sentido, a ênfase na escolarização no Brasil não se produziu pela necessidade de completar um processo de

civilização, como ocorreu na Europa, “[...] mas de estabelecer as civilidades e, principalmente, legitimar e dar visibilidade a uma nova configuração de poder em construção”. (VEIGA, 2002, p. 101). Assim, no final do século XIX, as práticas escolares desenvolvidas no Brasil articularam escolarização e civilização.

Dessa forma, em diferentes espaços geográficos, a apropriação dessas concepções produziu diferentes projetos de civilização e modernidade. No contexto montesclareense, a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal estabeleceram laços de parceria, atribuindo significados para a instrução, a educação e o ensino da leitura e da escrita, que passaram a ser consideradas como condição necessária para civilizar o cidadão e favorecer a modernidade e o progresso da cidade.

Respeito, obediência e docilidade comportamentos civilizados e adequados à modernidade

Tomando como referência as propostas de transformações do ensino em Minas, e considerando o propósito de instaurar a civilização e a modernidade em Montes Claros, a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal discutiram a necessidade de romper com práticas arcaicas e fazer uma revisão das concepções educativas, no lar e na escola. Nesse sentido, disciplina e autoridade passaram a ocupar lugar central nas discussões. Nos discursos produzidos, há um claro posicionamento em favor da autoridade paterna, mas o espírito de modernidade e a ideia de civilização considerava inaceitável que os pais impusessem disciplina pela via de práticas violentas e desprovidas de afeto e calor humano.

Por essa compreensão, no ano de 1923, Cícero Pereira, diretor da Escola Normal, profere conferência direcionada aos pais, em que apontava a necessidade de mudanças significativas no ambiente doméstico, de forma que a "atmosfera moral do lar fosse saneada". Entendia que, tanto os pais quanto os filhos, estavam agindo inadequadamente e lamentava o fato de os progenitores não estarem ocupando o lugar de modelo a ser respeitado e imitado.

Infelizmente, vai ficando longe o tempo em que os filhos obedeciam, respeitavam, amavam, eram dóceis, humildes, fieis. Hoje, o que se vê é tristemente doloroso: paes que maltratam os filhos; filhos que maltratam os paes; paes que fazem impertinências e dão mau exemplo: filhos que desobedecem e seguem caminho do vício, da ociosidade, da perdição! (PEREIRA, 1923, p. 03).

O diretor entendia que essa situação de caos era conhecida de todos. "Mas ninguém lhe quer tomar a responsabilidade. E o Brasil vae fenecendo, a minguá de filhos que conheçam e que cumpram o seu Dever" (ênfase no original). Em suas palavras:

O lar já não é aquella imagem desejável no Céu. Nelle se veem discórdias, desharmonias, injustiças, prepotencias. Em vez do amor, o excessivo e intempestivo rigor. Em vez do carinho, que convence, os palavrões que escandalisam (PEREIRA, 1923, p. 03).

Para Cícero Pereira, a função de reformar os costumes e restaurar o respeito, a obediência e a disciplina, somente poderia ser exercida quando os pais assumissem o seu lugar de autoridade, sem prescindir do carinho, da paciência e do amor, porque o afeto tinha grande poder de convencimento, abrandando o coração e produzindo a docilidade. Nas palavras do professor Cícero Pereira:

Toda gente precisa ter uma auctoridade a quem obedeça.

Para o filho ou para o estudante, a auctoridade é o pae, a mãe e a sociedade. O princípio da auctoridade é divino. Exige obediência e respeito, temperados por sentimentos de affecto e delicadeza (PEREIRA, 1923, p. 03).

Nas concepções do professor, o lar era uma escola de energia e de força de vontade, de domínio próprio e de firmeza. "A escola em que os puros prazeres da vida limpa, e os exemplos do amor, da virtude, do trabalho, da harmonia" estariam presentes e seriam os eixos estruturantes da educação dos filhos. "Seja o lar para elles um céu de encantos e atrações ineffaveis, no qual impére, como imagem de Deus, a auctoridade doce, carinhosa, benigna dos paes" (PEREIRA, 1923, p. 03)..

Apesar de afetuosos, os pais não poderiam ceder aos caprichos e desejos dos filhos. Exercendo uma autoridade firme e inflexível, se apresentariam como modelos a serem imitados pelas crianças.

Nunca assistam os filhos qualquer discussão entre os paes. Nunca se lhes dê o funesto exemplo de uma indignidade. Nunca se lhe grite. Nunca se lhe faça carranca. Nunca se lhe espanque com injustiça, ou com excesso. Nunca se lhes permita a ociosidade, a desobediência, o desrespeito, a desordem. Nunca se lhes consinta qualquer manifestação de maldade, ou de crueldade. Nunca se lhes permita a companhia ou o convívio dos maus (PEREIRA, 1923, p. 03).

Assim estruturada, a família construiria a base sobre a qual a escola ergueria o edifício. Pela força do exemplo e afeto dos pais as crianças modelariam seu próprio comportamento, apropriando-se dos valores e sentimentos socialmente aprovados.

Era claro e inequívoco o papel educativo atribuído à família. Dos progenitores, esperava-se a orientação moral dos filhos

e que “a auctoridade do pae e da mãe seja inflexível, firme, doce e macia, como uma barra de ferro coberta de velludo”. Igualmente claros eram os resultados a atingir. Das crianças esperava-se obediência, humildade, respeito e fé. “Obediência prompta, completa, sem restrições. Humildade digna, sem baixeza. Respeito absoluto, intransigente. Fé inteiriça, sem vacillações”. Isto porque, “um coração assim forte é um verdadeiro escrínio de virtudes. Nem há elogio que chegue à altura de seus merecimentos. A autoridade paterna resultaria na respeitosa obediência dos filhos e “só assim a educação doméstica será um facto. Só assim a pátria terá filhos dignos dela” (PEREIRA, 1923, p. 03).

Por essa compreensão, em 1925, a *Gazeta do Norte* retomou a discussão das relações entre a família e o processo de moralização das crianças. Mesmo reconhecendo como importante a presença feminina nas escolas primárias e maternais, Leônidas Câmara, professor da Escola Normal, entendia que, na família, a mulher encontrava condições ideais para mostrar seu valor e demonstrar sua força, educando os filhos e neles prolongando as suas virtudes.

É na família, essa bella associação de interesses mútuos, que a mulher encontra a verdadeira expressão da sua finalidade, já enriquecendo o seu espírito de novas experiências, já exercitando a sua intelligencia nos conhecimentos artisticos e scientificos. A mulher educada e instruída verá, com orgulho, em seus filhos um digno prolongamento das suas virtudes (CÂMARA, 1925, p.02).

Por considerar que o ambiente doméstico fosse fundamental na educação dos filhos e atribuir às mães o papel de fornecer essa primeira educação, a *Gazeta do Norte* disseminou conhecimentos científicos, visando educar esse público. Cabia à mulher ser modelo de virtude e de autoridade, para

inculcar valores e impedir o convívio das crianças com as más companhias. Aprender as primeiras lições com os pais foi uma crença que compôs as concepções de educação na década de 1920 e revelou-nos que a *Gazeta do Norte* entendia civilização como mudança nas sociabilidades. Pela educação as pessoas modificariam valores, comportamentos e costumes, assumindo maneiras de estar no mundo compatíveis com a sua nova inserção social.

Os processos educativos defendidos por Cícero Pereira encontravam-se com a proposta de educação que Varela (1996) entende como “pedagogia disciplinar”. Pela via do poder disciplinar, a autora considera que os processos educativos visavam civilizar e domesticar a criança, tornando o seu corpo dócil e útil (VARELA, 1996). No contexto montesclareense, os discursos de Cícero Pereira sinalizam para uma proposta de mudança na educação doméstica, que deixaria de basear-se nos castigos físicos e na violência contra a criança, para apoiar-se na força do exemplo, na manifestação de afeto, na modificação do espaço dos lares. O professor Cícero Pereira defendia a ideia de que o lar, como lugar de convivência, deveria adequar-se a uma nova sociabilidade: nunca permitir a ociosidade e a desordem, as manifestações de maldade ou de crueldade, os comportamentos desrespeitosos, as más companhias e o convívio com os maus. Ou seja, havia uma preocupação com o tempo do trabalho e da não-ociosidade, com o espaço de ordem, respeito e convivência com outros comportamentos modelares, visando comportamentos operativos e produtivos. Assim, o ambiente do lar passava a se constituir como lugar de aprendizagem dos comportamentos pretendidos.

Esse posicionamento encontra-se com teorizações de Varela (1996), ao afirmar que as pedagogias disciplinares

não podem ser analisadas a partir de uma noção de repressão, pois supõem uma nova compreensão do espaço e do tempo. Ainda segundo Varela (1996), o poder disciplinar joga em dois terrenos: o da produção dos sujeitos e o da produção dos saberes. Em outras palavras, a partir de uma pedagogia normalizadora, a escola produz um novo tipo de sujeito, que percebe a necessidade da disciplina e reconhece o valor atribuído a determinados comportamentos. Por outro lado, o Estado intervém direta e indiretamente nas lutas pelo poder do saber, legitimando determinados saberes e desqualificando outros considerados como não científicos.

Essas disputas pela produção de indivíduos e de saberes podem ser percebidas nos discursos de Cícero Pereira. Ao indicar um determinado comportamento para as crianças – respeito, obediência, docilidade – estava trabalhando na produção de um tipo de indivíduo adequado à modernidade. Ao desqualificar as mães de família pode-se perceber uma intencionalidade em legitimar os saberes produzidos na escola, considerados como adequados à educação das crianças, porque baseados na ciência.

Civilização compreendida como autocontrole e respeito à liberdade individual

No final da década de 1910 e primeiros anos de 1920, orientados por pedagogias disciplinares e revelando concepções da época, a *Gazeta do Norte* e a Escola Normal defenderam a necessidade de valores ético-morais na educação. Contudo, nos anos de 1930, essa preocupação deslocou-se: da defesa de uma autoridade firme, inflexível

e afetuosa do adulto em sua relação com a criança, os educadores passaram a defender o respeito à individualidade e o direito à liberdade. De uma disciplina produzida pelo controle externo e baseada na autoridade de quem educa deslocou-se para a autodisciplina e o autogoverno, não sendo necessário apelar para castigos físicos e punições na educação da criança.

Em Montes Claros, esse apelo para a mudança foi direcionado para as famílias, por um processo em que a Escola Normal e a *Gazeta do Norte* desenvolveram ações para educar as mães, segundo métodos da pedagogia moderna. Para convencer pais e mães da necessária renovação, em 1934, o diretor da Escola Normal, José Raymundo Netto, promoveu algumas conferências, cujo conteúdo foi publicado pelo jornal. Citando João Toledo e Porto Carrero, abordou ideias bastante provocadoras no intuito de impactar os pais, indicar seus erros, abalar suas crenças e conduzi-los à percepção dos malefícios advindos da superproteção e desvalorização das capacidades da criança. Nas palavras de José Raymundo Netto, "a educação no lar, tal como temos actualmente, é a verdadeira arte de perverter a criança; ali ou se busca inferiorizar a criança, zombando de sua menor força física e de sua menor capacidade intelectual, ou se lhe leva demasiado auxilio, sob protestos dessa inferioridade" (RAYMUNDO NETTO, 1934b).

Ao tecer críticas à educação doméstica, os discursos apontam "os perigos que poderiam advir dos meios violentos, castigos físicos, insultos e outros recursos deprimentes adoptados por inumeros paes" (RAYMUNDO NETTO, 1934a, p.02). O respeito à individualidade e à liberdade constituía-se como a outra face da autoridade e da disciplina. Educar

deixava de ser ação que produzia a obediência. Conforme Raymundo Netto, os pais e a escola encontravam-se diante de duas abordagens extremistas e equivocadas: de um lado o excesso de rigor e de controle que não possibilitava o desenvolvimento da autonomia da criança; do outro, o excesso de liberdade não favorecia a aprendizagem, porque a criança necessitava de orientação e direção em suas atividades. A autonomia se constituiria na capacidade de agir com iniciativa, liberdade e respeito às regras sociais (RAYMUNDO NETTO, 1934b).

No entanto, a proposta da Escola Nova não estava com os "extremistas", pois não fazia adesão a ideias que consideram a criança "como naturalmente má e só educável pelos meios coercitivos". Também não se posicionava ao lado de pessoas que julgavam conveniente abandonar a criança "à sua própria Natureza para a consecução de um pleno e harmonioso desenvolvimento". Isso porque, "a natureza do homem tende naturalmente para a ordem, a disciplina, o methodo, o governo de si mesmo, mas não marcha fatalmente para esses fins, tão almejados pela Civilização" (RAYMUNDO NETTO, 1934b).

Para o professor Raymundo Netto, a concepção filosófica da Escola Nova visava ao equilíbrio. Não compreendia a criança como portadora de uma natureza naturalmente má, com tendência para a desordem e a indisciplina. Contudo, acreditava que a criança não se tornaria boa sem a ação encaminhadora da educação.

E é esse ideal máximo da escola nova ou educação progressiva: – levar o educando, pela ação querida e vivida, a aquisição das mais altas virtudes sociais: – coragem, paciência, lealdade, espírito de sacrifício, amor

ao próximo, disciplina ou auto governo! É preciso portanto que, no ideário da Escola Nova, seja bem compreendido por todos os educadores o princípio cardeal que a orienta: – Liberdade e respeito à individualidade da criança! (RAYMUNDO NETTO, 1934b).

Para Raymundo Netto, a inteira liberdade era geradora de uma permissividade inadequada e prejudicial: a criança necessitava ser orientada para construir valores e referenciais de comportamentos. Já a imposição rígida de limites produziria indivíduos alienados e escravizados, sem iniciativa e capacidade de conduzir sua própria vida. No primeiro formato de educação, a criança seria entregue à sua própria natureza, “à sua pura espontaneidade”, e o resultado seria “um ser caprichoso, rebelde, com prejuízo do caráter”. Já no segundo formato, submetida a um “regime de lei, imposta à viva força”, seria formado “um indivíduo de caráter servil, escravizado e que nunca se bastará a si mesmo”. Por esse motivo, “é um crime contra a natureza e a psicologia da criança educá-la pelos castigos. É um erro, de consequências desastrosas, deixá-la entregue a si mesma” (RAYMUNDO NETTO, 1934c, p.01).

Ao apontar os equívocos, José Raymundo Netto indicava a necessidade de superação dos extremos de liberdade e controle, negava espontaneidade e a intervenção superprotetora, rejeitava a aplicação de castigos e recompensas, fazia questionamentos: “Como agiremos, então, nós os responsáveis pelo futuro de nossos filhos? (RAYMUNDO NETTO, 1934b, p.02). Não haverá um terceiro termo em que lei e espontaneidade se combinem; em que a lei se torne espontânea, e a espontaneidade se estruture em lei?” (RAYMUNDO NETTO, 1934c, p.01).

Visando contextualizar o problema e dar respostas aos seus

próprios questionamentos, o professor apresentou críticas aos responsáveis pela educação da criança. Em suas concepções, pais e professores falhavam por adotarem equivocadamente princípios da “nova” educação ou permanecerem arraigados aos erros cometidos pela “velha” educação. O processo educativo, sendo guiado pela abordagem antiga e “ignorando a força dinâmica e evolutiva inerente à experiência da criança adoptava o contról, a direcção, a coacção enfim, como indispensáveis para impelir a creança por determinados caminhos” (RAYMUNDO NETTO, 1934c, p.01). E, dessa maneira, eram formadas pessoas dependentes e desprovidas de iniciativa.

Citando John Dewey, “o pai da pedagogia moderna”, o professor Raymundo Netto afirmava que a “nova” educação, não sendo bem compreendida, enfrentava o perigo de considerar a ideia de desenvolvimento de um modo demasiadamente formal e vazio e esperar do “menino que elle desenvolva de seu espírito tal qualidade ou tal facto por si mesmo”. Isso porque

... deixar a criança entregue a si mesma, obedecer excessivamente à vontade da criança, é comprometer a obra de sua formação integral e harmoniosa; usar de rigor, severidade, insultos e castigos, pôr em prática, enfim os processos de *Recalcamento* na obra de sua educação, é prejudicá-la profundamente. (RAYMUNDO NETTO, 1934c, p.01 - grifo no original)

Ao adotar os princípios da Escola Nova na educação, cabia aos pais favorecer o desenvolvimento das capacidades, a construção da liberdade e da autonomia, sem fazer uso de castigos e outros meios coercitivos, nem abandonar às crianças às suas próprias vontades e desejos. Para José Raymundo Netto, além de ineficiente, a aplicação de

castigos, produziria o recalçamento de tendências e desejos. O recalçamento era prejudicial, pois as energias instintivas do ser humano poderiam ser canalizadas para finalidades produtivas e socialmente aprováveis. "Todos os instintos do homem, até mesmo os mais brutos, são susceptíveis de ser modificados, sublimados em benefício do próprio indivíduo e da sociedade" (RAYMUNDO NETTO, 1934c, p.01).

Contudo, essa modificação dos instintos não se daria pela imposição, devendo-se evitar que a criança fosse levada a fazer algo pela imposição e pela força. Para José Raymundo Netto, ao invés de aplicar castigos e impor a autoridade, era necessário penetrar no mundo emotivo da criança, levá-la a querer o que o educador desejava, sublimar instintos e desejos, canalizá-los para outras realizações e empreendimentos. Não era recomendável impor comportamentos e atitudes recomendáveis pela força física, mas pela força moral e pelo atendimento ao interesse da criança, levando-a a obedecer por perceber a importância da ordem e do trabalho.

A sublimação era compreendida como alternativa adequada para a educação. Pela sublimação, as vontades poderiam manifestar-se nas diferentes formas de arte e no culto à natureza, produzindo-se o engajamento das pessoas em atividades socialmente recomendadas. Isso porque "educar é ensinar a sublimar, mas sublimar no útil, não na fantasia improdutiva e perigosa". "Educar não é ocultar o perigo: é ensinar a defesa ante o perigo", também "não é amedrontar, cultivar a angústia", mas "ensinar a acção, que deve contrair às agressões do meio" (RAYMUNDO NETTO, 1934c, p.01)

Essa prática educativa era recomendada pela Escola Nova. Lourenço Filho (1978) considera que, pelo controle dos comportamentos instintivos, “a pessoa substitui o alvo de seus motivos, empenhando-se então a fundo numa atividade compensadora”. Por produzir o ajustamento normal, essas substituições representam maneiras socialmente úteis, devendo ser encorajadas por ação educativa. Para o autor, “as substituições, que envolvem elevado nível de apreciação social ou moral, dá-se o nome particular de sublimação”. (1978, p. 112). A sublimação representa a própria ideia do cidadão civilizado, capaz de canalizar suas energias, controlar seus instintos e apresentar comportamentos socialmente aprovados.

Em 1937, a *Gazeta do Norte* publicou artigo de Maria Geralda Gomes, aluna da Escola Normal, que destacava a necessidade de se conhecer as boas e as más tendências da criança, de forma que a favorecer condições para desenvolver as primeiras e sublimar as últimas, integrando disciplina com liberdade.

Assim como a liberdade não deve existir separada da disciplina também não é licito que disciplina exista isolada da liberdade. Uma necessita da outra e uma só merece o seu verdadeiro valor por si para sua integridade. Ambas dependem de um factor que é o móvel de todas as acções: o interesse. Na escola não se observa disciplina verdadeira si não há liberdade, porque não havendo liberdade não há interesse legítimo, pois boa disciplina é aquella que decorre do trabalho interessante, é a interior e não aquella forçada, formal, exterior (GOMES, 1937, p. 02).

Pelo ideal educativo disseminado era preciso conciliar liberdade e disciplina. Em artigo assinado pela normalista Maria Geralda Gomes, os equívocos produzidos pela falta

de conhecimentos sobre a Escola Ativa levavam os professores a confundirem comportamento disciplinado com quietude, silêncio e passividade do sujeito. A “classe disciplinada” não era aquela em que “os alumnos de braços para traz, ficavam prostados como estatuas, sem se mecherem nem falar, em completo silencio e imobilidade”. Esse tipo de educação produzia a “aniquilação” do sujeito, “por isso mesmo é que a educação na escola activa procura libertar, dirigir, desenvolver” (GOMES, 1937, p. 02).

Pelo ideal educativo escolanovista, essa pedagogia ultrapassada já havia mostrado sua inadequação à modernidade e ao desenvolvimento. No lar e na escola, as mulheres deveriam exercer uma ação educativa não-punitiva, baseada em uma autoridade serena e equilibrada, banindo-se qualquer espécie de punição.

Por serem importantes, as questões relativas à disciplina, liberdade e aplicação de castigos foram discutidas pela *Revista do Ensino*. Desde 1925, a *Revista* publicou artigos que focalizavam a ideia de que liberdade e disciplina não se excluíaem e que a aplicação de castigos, além de ser uma prática opressora e não educativa, também revelava ser pouco civilizada. Como órgão de divulgação pedagógica e atualização dos professores mineiros, a *Revista* pretendia que os conhecimentos produzidos pela ciência, em especial a Psicologia, orientassem as ações docentes, pois essas novas práticas representavam a modernidade pedagógica.

Ao estabelecer comparação entre os conteúdos disseminados pela *Gazeta do Norte* com os artigos da *Revista do Ensino*, constatamos a atualidade das publicações locais. Ao assumir uma missão educativa e associar-se à Escola Normal, a *Gazeta do Norte* possibilitou que os

conhecimentos que guiavam as modernas propostas educativas pretendidas pelo governo mineiro pudessem circular entre os montesclarenses, e também orientar as práticas educativas desenvolvidas no nível local.

Em relação a essas publicações, havia um desfasamento temporal de alguns anos. Se na *Revista do Ensino*, desde a sua fundação em 1925, já se discutia essas temáticas, em Montes Claros, a *Gazeta do Norte* iniciou uma discussão acerca da necessidade de mudança a partir de 1927. No entanto, somente discutiu a introdução de práticas não-opressoras em 1934, período em que José Raymundo Netto assumiu a direção da Escola Normal e deu início a uma série de conferências destinadas à educação das mães. Vale ressaltar que os conteúdos das conferências pedagógicas proferidas em Montes Claros já haviam sido publicados pela *Revista do Ensino* de nº 44, em 1930, quando o professor Raymundo Netto exercia o cargo de Assistente Técnico do Ensino em Minas.

Ao afirmar que a defesa de práticas não-opressivas foi proposta em 1934 não estamos desconsiderando as proposições de Cícero Pereira, que desde 1923 havia condenado a aplicação de castigos e se posicionado em favor do afeto na relação dos pais com seus filhos. Contudo, nesse momento, ainda não se pregava a autodisciplina e a liberdade da criança, mas o controle externo exercido pela firme autoridade e pela força do exemplo dos pais. A modernidade precisava de cidadãos ordeiros e produtivos, que se autogovernassem, que não necessitassem de controle externo de seus comportamentos, que refreassem seus instintos revelando uma "segunda natureza" e apresentando-se como indivíduos civilizados.

Ao discutir o processo civilizador, Norbert Elias entende que os modelos de controle, pelos quais são moldadas as paixões, constituem-se como uma necessidade social e sofrem variações de acordo com a função e a posição social do indivíduo. A estabilidade dos aparatos de controle mental mantém relações com a monopolização da força física pelo Estado e apresenta-se embutida nos hábitos das pessoas civilizadas, por um processo em que a contenção dos impulsos ocorre pela previsão das possíveis consequências desagradáveis decorrentes (ELIAS, 1993).

A paixão momentânea e os impulsos afetivos são, por assim dizer, reprimidos pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que, pela força do hábito, esse medo finalmente contenha o comportamento e as inclinações proibidas, mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presente, e a energia dessas inclinações seja canalizada numa direção inócua, sem o risco de qualquer aborrecimento. (ELIAS, 1993, p. 227).

É um processo em que a sociedade cria mecanismos de regulação, uma verdadeira "psicologização" dos comportamentos e das condutas individuais, modeladas pela vergonha, repugnância, medo e embaraço. Para Elias (1993), sem a influência desses medos criados pelo homem, a criança e o adolescente jamais aprenderiam a controlar o próprio comportamento, e o "o jovem animal humano" nunca se tornaria um adulto merecedor do nome de ser humano. Por processo semelhante, a humanidade de ninguém amadureceria se a vida lhe negasse suficientes alegrias e prazeres. Isso significa que "a força motriz da mudança de auto-orientação individual foi fornecida pelas pressões surgidas do entrelaçamento entre muitas esferas de atividades humanas". Para compreender este jogo de

forças no tecido social, não basta conhecer as metas racionais de autorizações e proibições, pressupõe entender os medos que induzem e controlam as ações, como também os guardiões de seus preceitos (1993, p. 268).

Os posicionamentos defendidos pela Escola Normal e *Gazeta no Norte* encontram-se com essa teorização. No processo educativo não há necessidade de uso da violência, mas é necessário que o ambiente social ofereça modelos de comportamento adequado e que a criança interiorize um conjunto de regras e normas, regulando-se internamente sem haver necessidade de controle externo.

Ao discutir as mudanças nos processos educativos, Varela (1996) entende que a renovação proposta pela Escola Nova ocorre em um momento de consolidação das pedagogias psicológicas, que têm controle exterior frágil, mas o controle interior é cada vez mais forte, para que os indivíduos possam desenvolver sua autodisciplina.

Para Varela (1996), as pedagogias psicológicas têm sua origem nas pedagogias disciplinares. No início do século XX, estas novas formas de escolarização, "produzidas à sombra das crianças anormais e instituições especiais", são disseminadas para as escolas de educação infantil e constituem as pedagogias psicológicas que, cada vez mais, defendem a liberdade individual e o autocontrole. Na escola, o poder disciplinar pôde suprimir as penalizações e os castigos físicos, por substituir as correções e sanções por processos menos visíveis, que consistem em repetir os exercícios, repetir os exames, fazer de novo a mesma coisa. (VARELA, 1996).

A eficiência dos castigos e da coerção é negada pelas "pedagogias psicológicas", que pretendem a inculcação de

valores, hábitos e atitudes, por uma compreensão que propunha a não utilização de métodos coercitivos ou a imposição da autoridade, pregando-se a adaptação dos indivíduos ao seu meio social. Por processos menos opressivos e mais operativos, as escolas passam a situar a criança em primeiro plano, produzindo um ambiente “artificial”, organizado e preparado para o atendimento às suas supostas necessidades naturais. O objetivo dessa nova pedagogia é favorecer a organização do meio, visando à obtenção da autodisciplina e da ordem interior, evidenciando a necessidade de se evitar castigos físicos e o controle exterior dos comportamentos das crianças. (VARELA, 1996).

Considerações finais

Dada a necessidade de não apenas instruir, mas promover uma nova sociabilidade, na educação eram depositadas as expectativas de disciplinar a população, promover-lhe a saúde física e mental, favorecer condições para a moralização e o trabalho produtivo. Nesse sentido, impor a autoridade ou educar para a liberdade; aplicar castigos ou superproteger a criança; interferir no desenvolvimento da criança ou permitir o desabrochar de suas tendências naturais; eram questões que integravam o cenário educacional. Não eram questões locais, mas problemas com os quais se defrontavam os educadores brasileiros, cuja implementação significava instaurar a modernidade pedagógica e produzir o cidadão civilizado.

Enfim, visando tornar o indivíduo civilizado, os processos educativos, disseminados pela *Gazeta do Norte* em sua

missão educativa, pregavam o respeito à individualidade e a educação para a liberdade. A criança não deveria ser apenas alfabetizada e instruída, mas educada para exercer uma liberdade disciplinada e produtiva. Assim educada no lar, a criança apresentaria comportamentos adequados ao ambiente escolar e estaria pronta para usufruir os benefícios da escolarização. Passaram a ser proscritos os atos de violência e de desamor, pois a autoridade do adulto deveria ser pautada no sentimento de respeito, carinho e afeto. Apresentar-se disciplinado e organizado era o ideal do cidadão civilizado que, que deveria controlar os comportamentos instintivos, abrir mão de interesses pessoais para trabalhar em favor de metas coletivamente discutidas e aprovadas.

Fontes documentais

CÂMARA, Leônidas. Palavras de Fé. *Gazeta do Norte*. Ano VII. nº 352. 18 de abril de 1925.

GOMES, Maria Geralda. Problemas de Educação. Liberdade e Disciplina se integram. *Gazeta do Norte*. Ano XX. nº 1072. 04 de setembro de 1937.

MINAS GERAIS. Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da instrução. Belo Horizonte Ano I. nº 01. 08 de março de 1925.

PEREIRA, Cícero. A Educação e a Atmosphaera Moral do Lar. *Gazeta do Norte*. Ano V. nº 260. 14 de julho de 1923.

RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Escola Normal Official. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 918, 16 de junho de 1934a.

RAYMUNDO NETTO, José. Pela Instrução. Escola Normal Official. Gazeta do Norte. Ano XVI. nº 925, 11 de agosto de 1934b.

RAYMUNDO NETTO, José. Na Escola Normal Official. A Segunda Conferência do Professor Raymundo Netto. Gazeta do Norte. Ano XVII, nº 926, 18 de agosto de 1934c.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **Encyclopaedia Universalis**. Vol XI. Paris: Encyclopaedia Universalis France, 1989.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes. V. 01, 1998.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea**. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

VARELA, Julia. Categorias espaço temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Escola básica na virada do século**. São Paulo: Cortez, 2003

VEIGA, Cynthia Greive. **A escolarização como projeto civilizador**. Revista Brasileira de Educação. Anped. Set/out/nov/dez/2002. 2003. p.90-103.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.